

TEXTOS NEPO 10

**REPENSANDO A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA:
FORMULAÇÕES, CRÍTICAS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE**

**NEIDE LOPES PATARRA
CARLOS EUGÊNIO C. FERREIRA**

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
CAMPINAS – (SP) BRASIL
OUTUBRO 1986**



NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
CAIXA POSTAL – 1170

REITOR

Paulo Renato Costa Souza

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Antonio Mario Antunes Sette

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Bernardo Beiguelman

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

José Carlos Valladão Mattos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

Hélio Waldmann

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO

Ubiratan D' Ambrósio

DIRETORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

P294r Patarra, Neide L.

Repensando a transição demográfica: formulações críticas e perspectivas de análise / Neide L. Patarra e Carlos Eugênio C. Ferreira – Campinas: NEPO/UNICAMP, 1986.

(Textos NEPO, 10)

1. Transição demográfica. I. Ferreira, Carlos Eugênio C. II. Título.

SUMÁRIO

O esquema clássico da "Transição Demográfica"	6
Revisão do esquema clássico	7
Uma tipologia das transições	10
As etapas da queda de mortalidade e fecundidade	15
Discussão sobre as modalidades de explicação: síntese histórica x teoria populacional	16

RESUMO

O presente texto apresenta uma revisão da bibliografia recente a respeito da Transição Demográfica, tanto em termos de modelos quantitativos como as tendências explicativas. São ressaltadas a contribuição dos historiadores sociais e os enfoques teóricos que informam a discussão. Ao longo da avaliação, são indicadas nossas posições e uma reflexão a respeito das implicações e possibilidades dessas colocações para o caso dos países em desenvolvimento capitalista tardio.

ABSTRACT

This text presents a revision of the recent bibliography on demographic transition, be it in terms of quantitative models or explanatory trends. The contribution of social historians is pointed out, as well as the theoretical focus informing the discussion. Through the evaluation our positions are underlined as well as a reflexion on the implications and possibilities of these assertions for the case of countries in late capitalist development.

REPENSANDO A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA: FORMULAÇÕES, CRÍTICAS E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE¹

Neide L. Patarra

Carlos Eugênio C. Ferreira

Sem dúvida, a questão da Transição Demográfica foi ressuscitada, e com vigor, nos últimos anos, na comunidade acadêmica. E isso, possivelmente, em função tanto do repensar a transição do feudalismo ao capitalismo, preocupação considerável por parte de estudiosos europeus, principalmente franceses e ingleses, e também por especialistas da academia americana. Por outro lado, o recente descenso da fecundidade em países do terceiro mundo, especialmente América Latina, contribuiu para novas formulações sobre a passagem de níveis altos para níveis baixos e controlados de mortalidade e fecundidade.

O questionamento atual da Transição Demográfica como teoria ou como generalização empírica passa por várias etapas:

1. Um esforço para determinar as datas e os valores das taxas de natalidade e mortalidade nos períodos considerados como etapas de Transição; trata-se, neste caso, de diversificar e quantificar o tradicional modelo para cada sociedade;
2. A constatação de que a dinâmica demográfica não foi tão estável nem tão uniforme no período anterior ao início da Transição; especificamente, que as altas taxas de mortalidade e natalidade, às vésperas do período contemporâneo, não eram características de todo o período anterior, mas um fato recente. O modelo, neste caso, apresentaria uma direção ascendente, atingindo apenas no período proto-industrial os níveis máximos a partir dos quais inicia-se o declínio apresentado na formulação clássica;
3. Um debate sobre a prioridade da mortalidade ou da fecundidade como elementos iniciador do declínio, bem como sobre as interrelações entre ambos; em que medida a mortalidade diminui em consequência de menores níveis de natalidade e, portanto, maiores possibilidades de sobrevivência dos filhos, ou, ao contrário, em que medida a alta fecundidade poderia influenciar níveis mais altos de mortalidade infantil e nos grupos etários mais jovens;
4. Finalmente, uma tentativa de compreender a dinâmica demográfica no contexto das relações sociais de produção e seus reflexos na formação da família; mais especificamente, entender a população como parte intrínseca das transformações sócio-econômicas seculares,

¹ Esse texto contou com a colaboração dos colegas do NEPO, através das discussões mantidas em nossos seminários. Contou, ainda, com uma colaboração muito próxima de Daniel Hoqan, a quem devemos algumas ideias compartilhadas na elaboração do relatório de pesquisa, que deu origem às formulações aqui apresentadas.

cujo fio condutor foi a ção do capitalismo.

A maior parte dos autores percorreram apenas as três etapas iniciais, sendo uma minoria, como será visto, que avança no sentido de que o entendimento da dinâmica demográfica deve, necessariamente, passar pelo entendimento do social em seu sentido mais amplo.

O esquema clássico da "Transição Demográfica"

A hipótese de que as populações tendem a passar por certas etapas de crescimentos demográfico— determinadas pela evolução da natalidade e da mortalidade – já estava implícita na teoria da função logística desenvolvida por Verhulst (1847)². Esta ideia, retomada por Landry³ em artigos publicados a partir de 1909 e por outros autores⁴, ainda na primeira metade deste século, conceituava a Transição Demográfica como **a passagem de um estado de equilíbrio a níveis elevados de fecundidade e mortalidade a um outro estado de equilíbrio a níveis mais baixos de mortalidade e fecundidade.**

Esta passagem compreende três etapas da evolução da natalidade e da mortalidade (em taxas brutas). A população, de início, caracteriza-se por fecundidade e mortalidade elevadas e pequena taxa de crescimento (Gráfico 1):

1. Em uma primeira etapa a mortalidade diminui, a natalidade permanece constante e a taxa de crescimento populacional aumenta;
2. Na segunda etapa, a natalidade começa a cair, a mortalidade continua caindo e a população continua a crescer, porém com taxas menores;
3. Na terceira etapa reencontra-se o equilíbrio entre a natalidade e mortalidade a níveis bem mais baixos, e a população aumenta muito pouco.

² Ver SHTICKZELLE, M.; VERHULST, P. F. (1804-1849). **Mathématicien belge**: la premiere découverte de la fonction logistique. Louvain-la-Neuve: Cabay-Editeur, 1980. (Working Paper, n. 80).

³ LANDRY, A. **La révolution démographique, études et essais sur la problèmes de la population**. Librairie de Recueil Sirey, 1934.

⁴ Entre outros autores destacam-se:

THOPSON, W. S. Population. **American Journal of Sociology**, v. 34, p. 959-975, 1929.

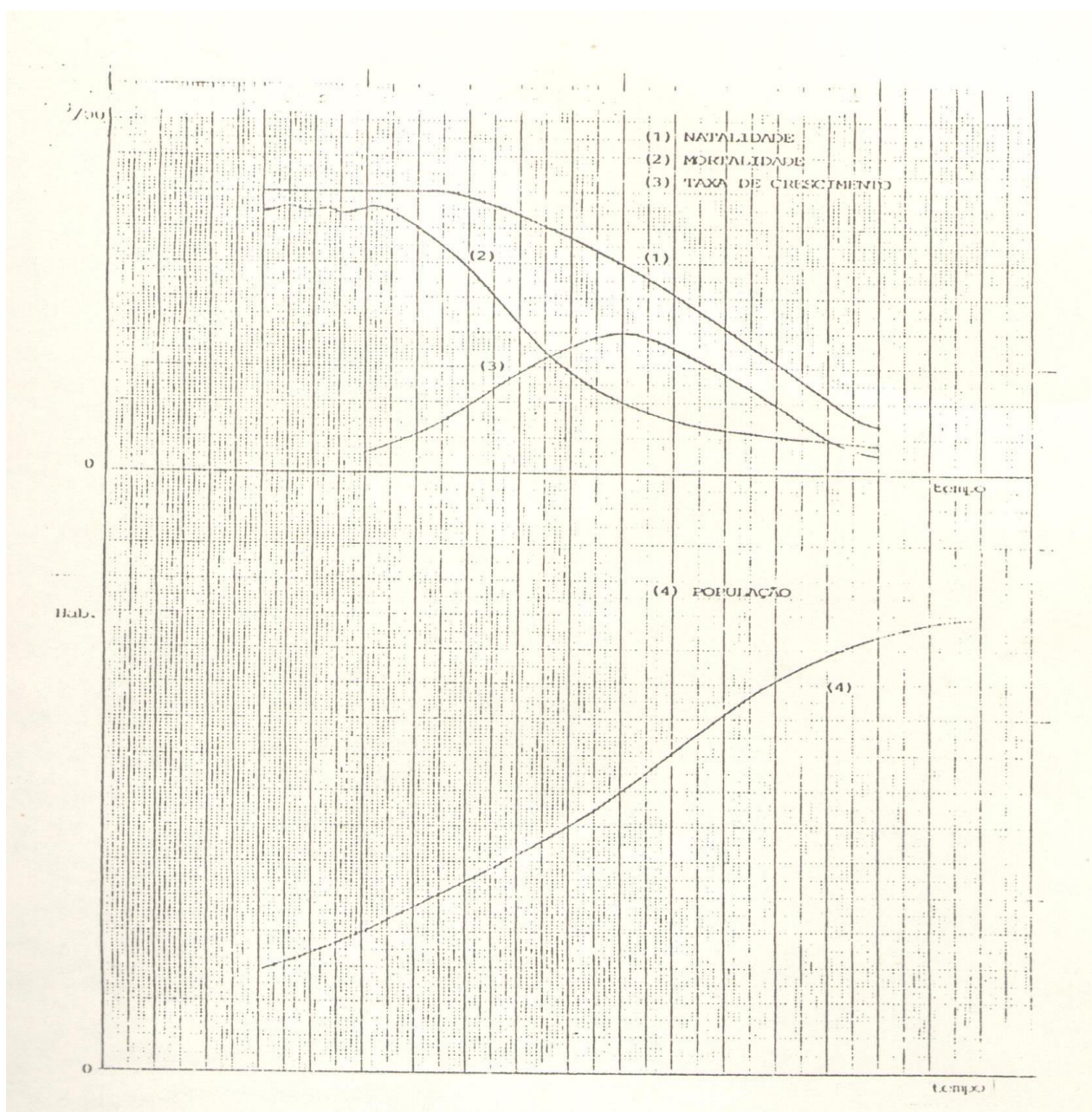
NOTESTEIN, F. Population: the long view. In: SCHULTZ, E. (ed.). **Food for the world**. University of Chicago Press, 1945, p. 36-56.

DAVIES, K. The world demographic transition. **The Annals**, v. 203, p. 1-11, 1945.

BLACKER, C. P. Stages in population growth. **The Eugenics Review**, n. 39, n. 3, p. 88-101, 1947.

COWGILL, D. D. Theory of population growth cycles. **The American Journal of Sociology**, p. 163-170, 1949.

GRÁFICO 1 – Representação gráfica do modelo de Transição Demográfica



Revisão do esquema clássico

Este esquema tradicional pressupõe que queda mortalidade precede sempre a da natalidade e, apesar de puramente descritivo, traz implicitamente uma certa relação causal: a queda sucessiva da mortalidade põe em ação mecanismos que favorecem a queda da natalidade. O efeito fisiológico, por exemplo, atua sobre a fecundidade: para um menor nível de mortalidade infantil correspondente, em geral, um maior tempo de amamentação o conseqüentemente uma redução no tempo de exposição ao risco de conceber. Já no plano do comportamento, o efeito substituição ou o efeito segurança procura adaptar o número de nascimentos aos níveis mais baixos de mortalidade com a finalidade de atingir o mesmo número desejado de filhos.

Fica claro, portanto, neste raciocínio, que na relação causal entre mortalidade e fecundidade, a primeira é a variável independente.

A generalização deste modelo clássico tem sido contestado a partir de vários contra-exemplos nos quais o declínio da mortalidade sempre precede o declínio da natalidade. No caso da França, o declínio das taxas de natalidade e mortalidade ocorrem de uma maneira praticamente paralela ao longo do período 1790-1860.

Na maior parte das províncias da Bélgica, a queda da fecundidade legítima antecede a queda da mortalidade infantil e na Alemanha o mesmo fenômeno foi observado em várias regiões. Cabe citar, ainda, os casos da Tchecoslováquia e Finlândia com evolução semelhante.

Alguns pesquisadores chegam mesmo a propor uma ordem inversa de causalidade, ou seja, a mortalidade infantil elevada como resposta a uma alta fecundidade. A prática do infanticídio ou a ocorrência generalizada de uma certa negligência (consciente ou não) por parte da mãe com relação as crianças do sexo feminino, eram formas de controle do tamanho da família como resposta a alta fecundidade predominante. Na França do século XIX e na Argélia observou-se uma sobre-mortalidade feminina nas idades jovens em virtude de um maior risco de morte por doença infecciosa, devido a deficiência nutricionais das meninas. Os filhos homens tinham prioridade na distribuição do alimento.

Outras questões relativas a imprecisões do modelo clássico têm sido levantadas em trabalhos mais recentes⁵.

⁵ Entre os artigos de síntese, destacam-se:

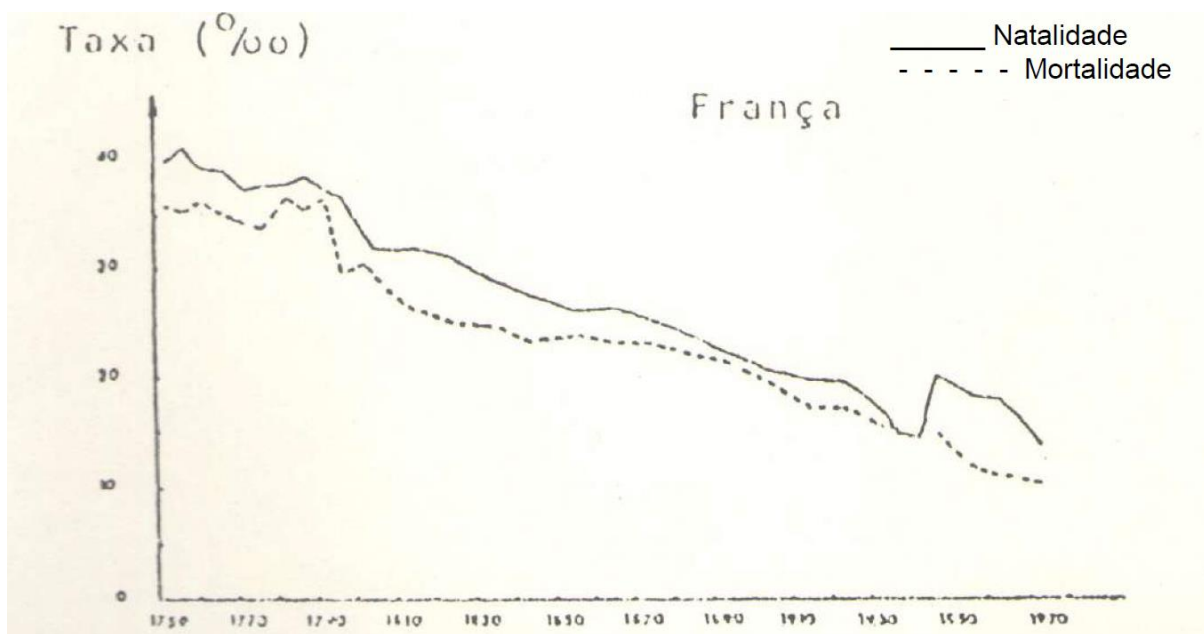
VAN DE WAILE, E. Problèmes de l'étude du déclin de la fécondité européenne. **Recherches Economiques de Louvain**, n. 4, 1969;

LESTAGHE, R. Le dossier de la transition démographique. **European Demographic Information Bulletin**, n. 4, 1970-71;

BEAVER, S. E. **Demographic** transition theory reinterpreted. Lexington Books, 1975;

TEITELBAUM, M. S. Relevance of demographic transition theory for Developing countries. **Science**, v. 188, n. 4187, 1975.

GRÁFICO 2 – Evolução das taxas brutas de natalidade, mortalidade e crescimento natural



Fonte: Extraído do Curso de Tabutin, D. Universidade Católica de Louvain Bélgica, 1982. Estatísticas vitais da França.

1. Primeiramente, os níveis de mortalidade e fecundidade existentes no início da Transição não eram levados em conta nas análises. Evidências empíricas demonstram a existência de uma diversidade muito grande destes níveis entre os diversos países, mesmo na Europa Ocidental, e os ritmos da queda e a duração da Transição dependem em parte da situação inicial;
2. Nas concepções clássicas, os fenómenos migração e nupcialidade não são devidamente incorporados à análise⁶;
3. A interação entre movimentos e estruturas demográficas é completamente negligenciada na teoria clássica. Estudos da década de 60, a partir de simulações, mostram como a evolução das taxas de fecundidade e mortalidade influencia a estrutura por idade e esta, por sua vez, atua no crescimento da população⁷;
4. Cabe destacar ainda o problema da análise demográfica a partir da evolução de **taxas brutas de natalidade e mortalidade**. A utilização destes índices, nestes casos, implica consciência de suas limitações e não atribuir tão simplesmente à fecundidade e à mortalidade os comportamentos observados nas taxas brutas. Ryder⁸, por exemplo, demonstrou, a partir de dados da Suécia, que a análise longitudinal indica um declínio da fecundidade bem mais precoce que aquele deduzido

⁶ FRIEDLANDER, D. The role of migration in the process of demographic change. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POPULAÇÃO, Londres, 1969; HAJNAL, J. European marriage patterns in perspective. In: GLASS, D. V. (ed.). **Population in history**. London, 1965.

⁷ SCHWARTZ, K. Influence de la natalité et de la mortalité sur la composition par âge de la population et sur l'évolution démographique. **Population**, n. 1, 1968.

⁸ RYDER, K.B. Problems of trend determination during a transition in fertility. **The Milbank Memorial Fund Quarterly**, v. 34, n. 1, jan. 1956.

das taxas brutas; McKeown⁹ observa, por outro lado, que o declínio da mortalidade na Inglaterra torna-se mais acentuado quando se padronizam as taxas brutas.

Finalmente, é importante ressaltar que a data de início do processo de transição e a defasagem entre o início da queda da mortalidade e o da fecundidade variam sensivelmente entre os países, mesmo na Europa Ocidental.

Uma tipologia das transições

Com base em séries históricas das taxas de crescimento natural das populações, Chesnais¹⁰ estabeleceu uma tipologia dos perfis de transição que distingue três grandes grupos de países:

Tipo 1 – Países Europeus Desenvolvidos

Têm dois traços característicos: taxas de crescimento sempre inferiores a 2% a.a. e uma transição demográfica muito longa (de 75 a 150 anos):

- a) Modelo nórdico: duração da transição muito longa (150 anos) e crescimento máximo entre 1870-1880;
- b) Modelo ocidental: duração da transição em torno de 100 anos e máximo crescimento próximo a 1900
- c) Modelo meridional: duração da transição menos longa (20 a 90 anos), crescimento máximo posterior a 1900.

Tipo 2 – Os Grandes Países da Imigração (USA, Argentina, Canadá, Austrália, Nova Zelândia)

Caracterizam-se por um crescimento natural que diminui continuamente, determinado pela seleção por idade dos conduz, pouco a pouco, a um envelhecimento da população, e assim a uma diminuição natalidade e mesmo um aumento da mortalidade (se a diminuição da mortalidade por idade não compensar o efeito negativo da estrutura por idade).

Chesnais qualifica este esquema de m-cüa-transição, porque so a- parece a fase descendente da curva.

⁹ McKEOWN T. et al. An interpretation of the decline of mortality in England and Wales during the twentieth century. **Population Studies**, v. 29, n. 3.

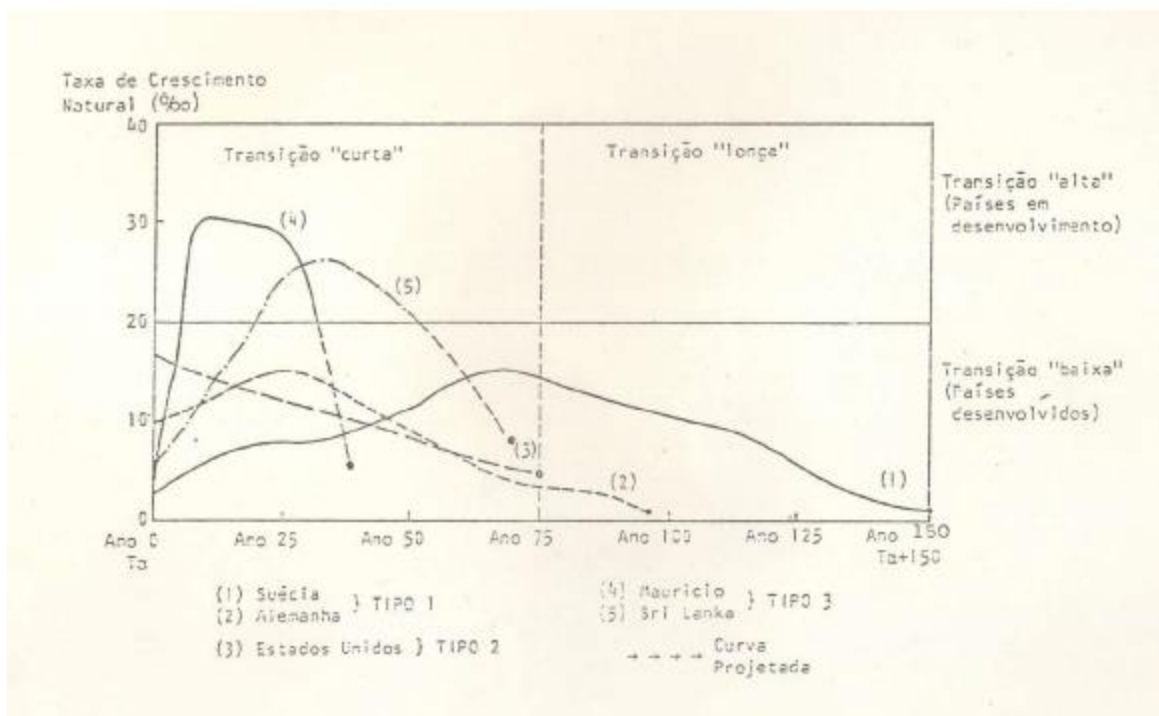
¹⁰ CHESNAIS, J. C. **La transition démographique**: étapes, formes, implications Institut d'Etudes Politiques, Paris, oct. 1977; "L'effet multiplicatif de la transitions démographique". **Population**, n. 6, 1979.

Tipo 3 – Países em Desenvolvimento

Caracterizam-se por uma taxa de crescimento máxima, sempre superior a 2% a.a. podendo mesmo alcançar 4%, e por uma duração da transição que, considerando-se a queda rápida da natalidade em alguns deles, deveria ser curta (40 a 80 anos).

O Gráfico 3 apresenta, esquematicamente, alguns exemplos destes três tipos.

GRÁFICO 3 – Principais perfis de transição demográfica



Fonte: Chesnais, Jean-Claude.

Chesnais distingue transição "curta" e transição "longa", segundo a duração do processo, assim como transição "alta" e transição "baixa", segundo o nível da taxa de crescimento máximo atingido durante o processo.

Os gráficos que estão a seguir ilustram os diferentes tipos da Transição.

GRÁFICO 4 – Evolução das taxas brutas de natalidade, de mortalidade e crescimento natural

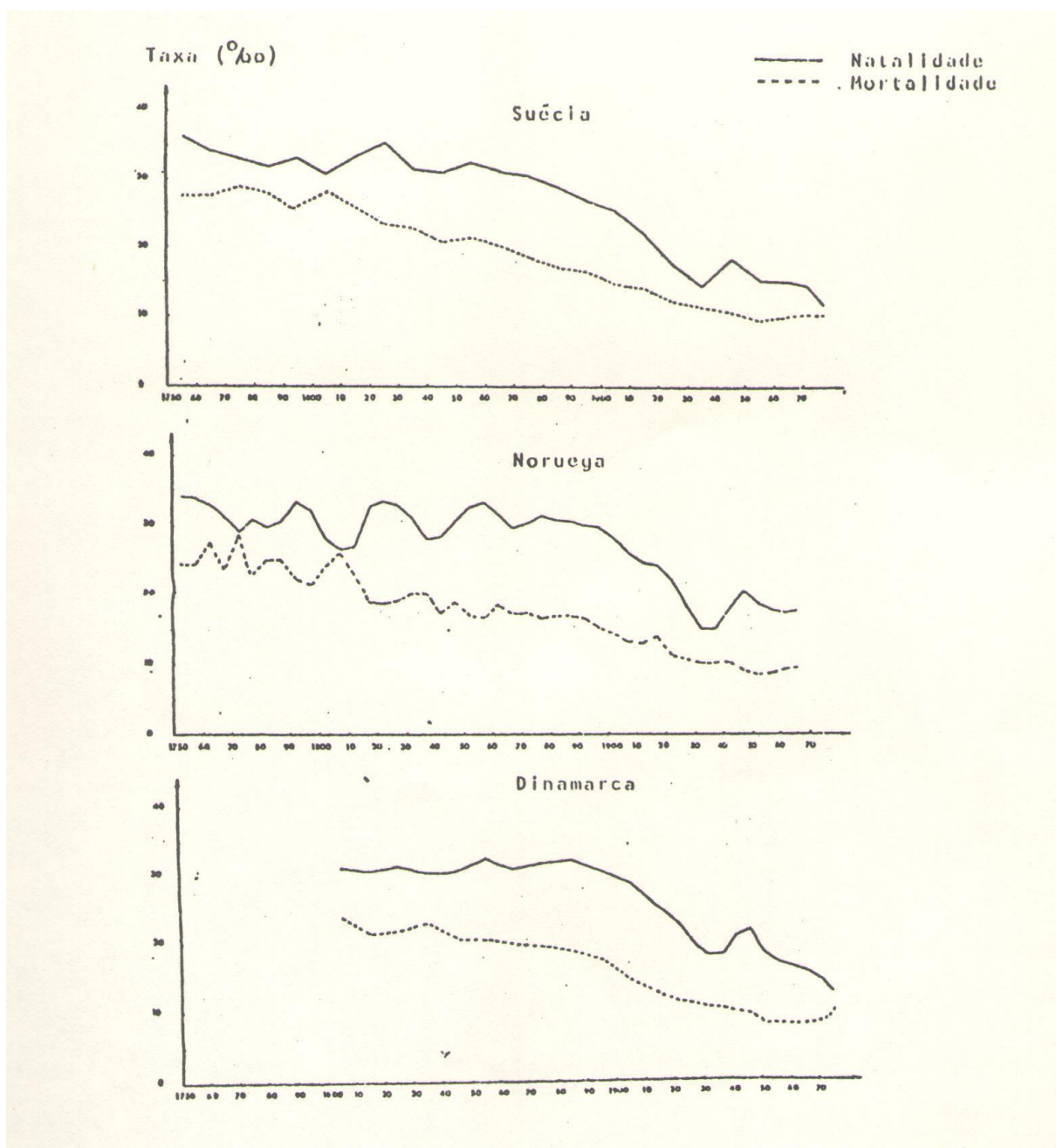


GRÁFICO 5 – Evolução das taxas brutas de natalidade, de mortalidade e crescimento natural

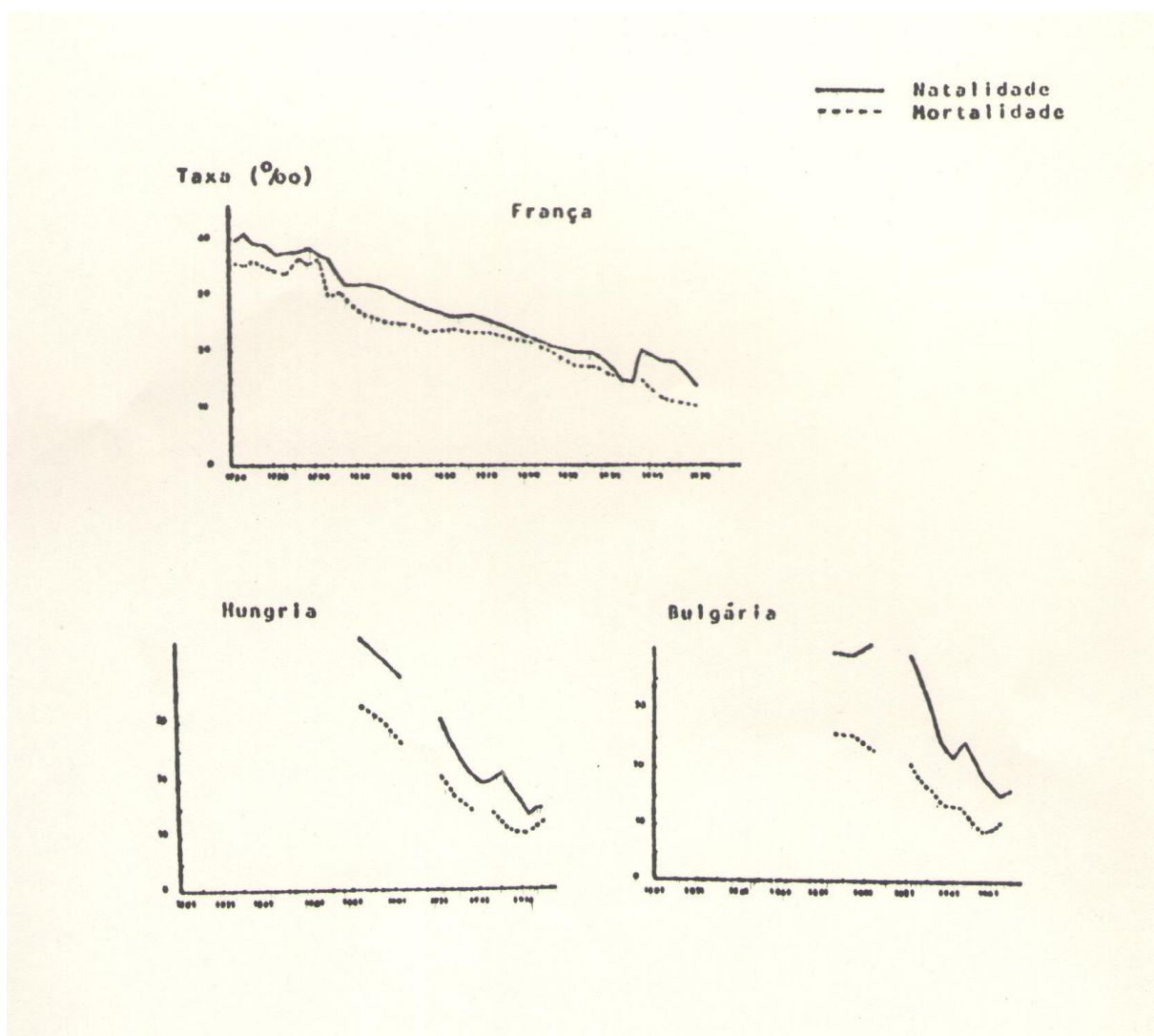


GRÁFICO 6 – Evolução da natalidade e da mortalidade de 1900 a 1975 em alguns países em desenvolvimento

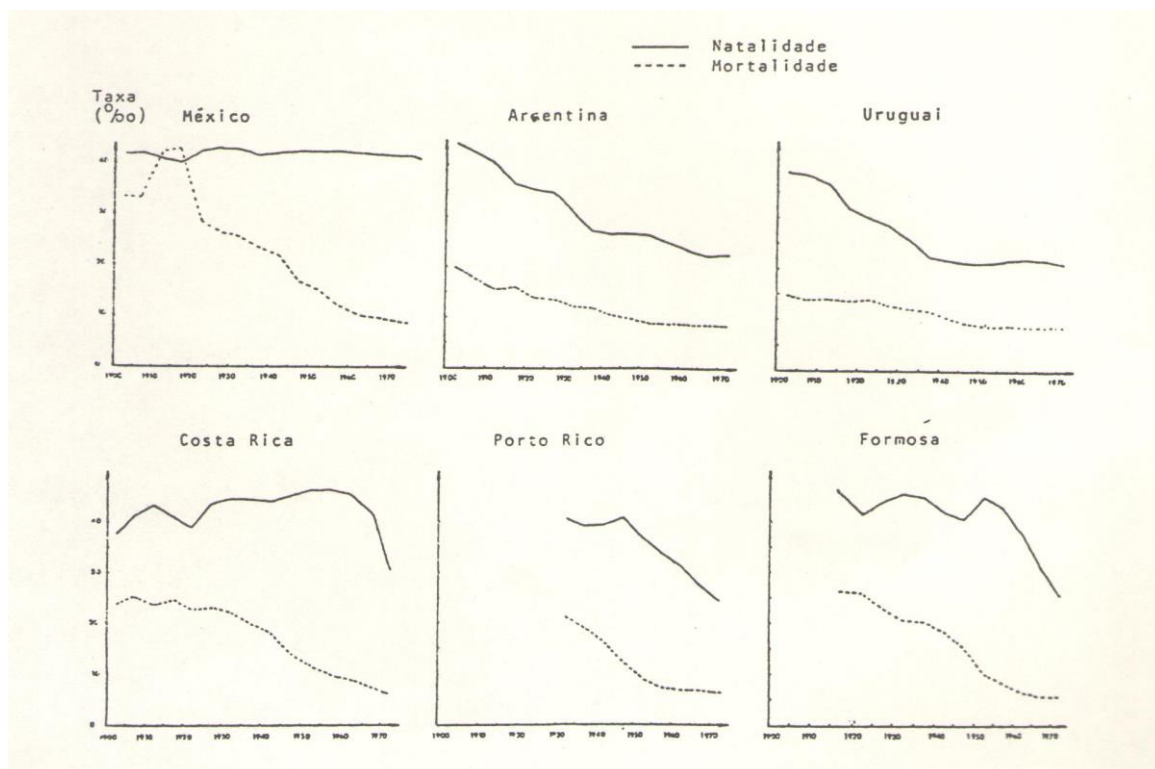
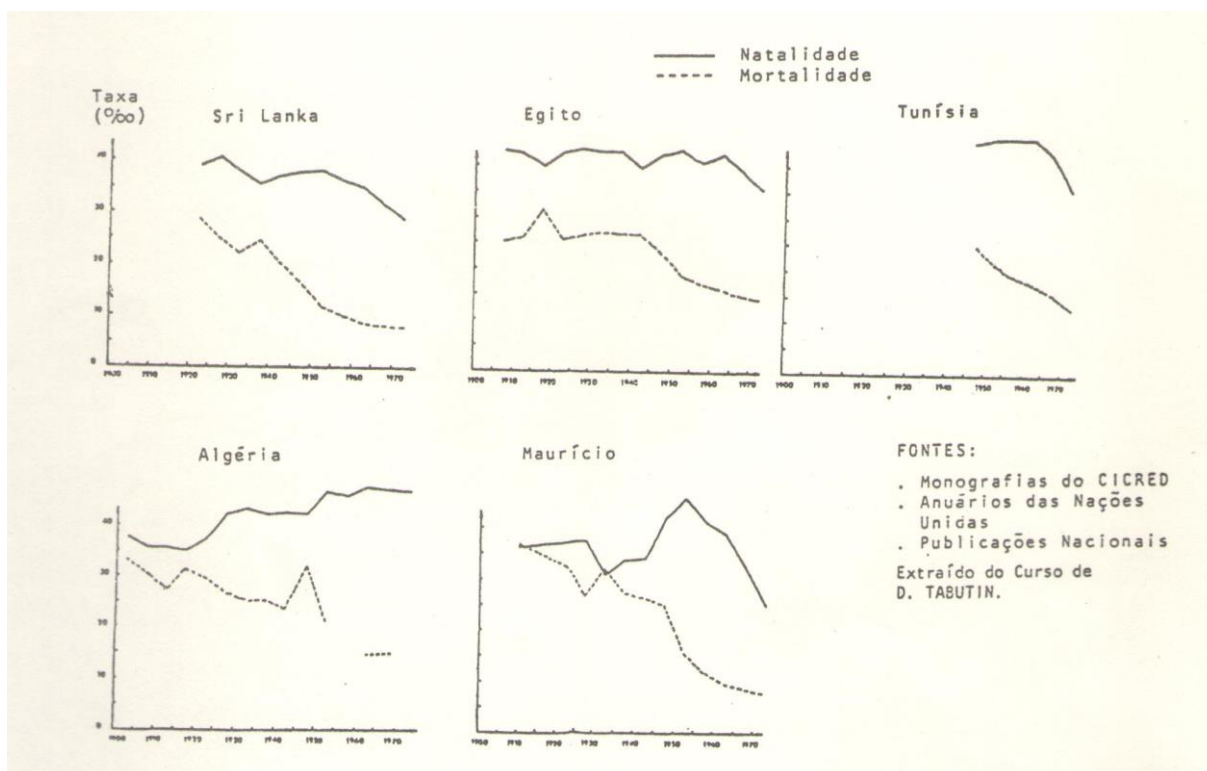


GRÁFICO 7 – Evolução da natalidade e da mortalidade de 1900 a 1975 em alguns países em desenvolvimento



As etapas da queda de mortalidade e fecundidade

É geralmente muito difícil precisar o início do processo de transição da mortalidade e da natalidade. A má qualidade dos dados e as lacunas existentes não permitem recuar satisfatoriamente no tempo, mesmo a nível de indicadores grosseiros como as taxas brutas. As estatísticas disponíveis permitem, a grosso modo, reconhecer algumas etapas importantes na transição da mortalidade e fecundidade¹¹

A. Mortalidade

O declínio da mortalidade na Europa se desenvolve em três etapas:

1. Fim do século XVIII – Início do século XIX

Atingiu a França e os países nórdicos (exceto a Finlândia): as taxas eram da ordem de 33 à 37‰ e 25 a 29%, respectivamente, na segunda metade do século XVIII. Os ritmos de queda foram lentos até o fim do século XIX, com exceção da Suécia que apresentou um declínio de 1800 a 1930.

2. 1870 – 1880

Atingiu a maior parte dos países da Europa: Inglaterra, País de Gales, Bélgica, Holanda, Suíça, Alemanha, Áustria, Hungria, Polónia, Rússia e alguns anos mais tarde a Itália (1875) e Iugoslávia (1880). A maior parte dos países apresentavam níveis da ordem de 25‰. Outros como Itália e Áustria situavam em torno de 30‰.

3. Início do Século XX

Atingiu os países do sudoeste da Europa (Espanha e Portugal) e sudeste (Bulgária e Romênia).

O declínio inicial da mortalidade é geralmente atribuído à melhoria alimentar e o desenvolvimento da higiene pública e privada. A contribuição médica, com exceção da vacina de Jenner (fim do século XVIII) contra a varíola, só se fará sentir no fim do século XIX.

B. Natalidade

O declínio da natalidade dos atuais países industrializados se desenvolveu em quatro períodos:

¹¹ TABUTIN, D. **Problèmes de transition démographique**. Gabay: La-Neuve, 1980.

1. 2ª Metade do século XVIII

A partir desta época a França (1760), a Finlândia (1750), países Tchecos (1785), Estados Unidos (1800) conheceram o declínio da natalidade.

2. 1875 – 1880

A natalidade começa a cair nos seguintes países: Suécia (1860), Noruega, Inglaterra, País de Gales, Suíça, Áustria, Holanda, Bélgica, Alemanha, Itália. Espanha, Iugoslávia e Dinamarca (1890).

3. Em torno de 1900

É o caso da Polónia, Rússia europeia, Austrália e Nova Zelândia.

4. 1920 – 1925

Bulgária, Romênia, Portugal e Japão.

É interessante ressaltar que a fecundidade caiu primeiro em regiões predominantemente agrícolas (França por exemplo). Países que se industrializaram originalmente (Inglaterra) vieram a conhecer o declínio da natalidade quase um século depois.

Na Europa Ocidental, em geral, a transição da fecundidade ocorreu em dois períodos característicos: um primeiro, determinado pelo aumento da idade média ao casar; o segundo caracterizado pela redução da fecundidade marital.

Discussão sobre as modalidades de explicação: síntese histórica x teoria populacional

O debate sobre a Transição Demográfica tem envolvido várias linhas de pensamento, mesmo entre aqueles especialistas que propuseram a sua versão clássica; neste caso, principalmente, o maior acúmulo de evidências empíricas tornou notória a excessiva simplificação das versões iniciais da teoria.

Coale¹², por exemplo, há mais de dez anos, procedeu a um reexame de algumas características da fecundidade durante o período de transição, apontando para aspectos novos ou maior variação e especificação de aspectos anteriormente apontados como praticamente universais. Neste sentido, a fecundidade das sociedades chamadas "pré-modernas" declina numa escala muito maior que a preconizada nas formulações clássicas; a diferença entre os níveis mais altos e os níveis

¹² COALE, A. The demographic transition. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 1973, Liège. **Anais...** IUSSP, 1973. p. 53-72.

mais baixos, no período anterior à transição, é de magnitude comparável à mudanças na fecundidade durante a própria transição. Da mesma forma, são grandes as diferenças na proporção da população casada nas diversas sociedades, o que aponta para a necessidade de se aprofundar a análise dos padrões de nupcialidade, na medida que os dados históricos permitam; são consideráveis, também, as diferenças na fecundidade marital, encontrando-se uma distância de pelo menos 50% entre as taxas mais altas e as mais baixas.

Mesmo nas chamadas sociedades completamente modernizadas, as décadas recentes indicaram modificações significativas, também capazes de alterar as proposições anteriores. É particularmente o caso da diminuição da idade ao casar bem como a diminuição considerável do celibato, que acompanharam o relativo aumento da fecundidade no período pós-segunda guerra, nos países de capitalismo avançado.

Coale aponta ainda, como vários outros autores, a impossibilidade de se generalizar o declínio da mortalidade precedendo o da fecundidade; em alguns casos foram sincrônicos, enquanto em outros o declínio da fecundidade antecedeu o declínio da mortalidade infantil, como já foi indicado neste texto.

A grande importância atribuída à mudança de atitudes e valores, como pré-condição para início do declínio da fecundidade, é bastante relativizada nas versões mais recentes, ao mesmo tempo que a existência de uma tecnologia efetiva de contracepção é mais valorizada do que nas formulações anteriores. Esse aspecto, sem dúvida, contém sérias implicações para as políticas de controle de natalidade, dimensão esta que embora não explicitada no texto em questão, está subjacente ao raciocínio do autor, quando aponta as perspectivas atuais da transição nos países do terceiro mundo.

Um aspecto interessante é sua discussão a respeito dos diferenciais regionais, em cada país. Ainda que esses diferenciais sejam observáveis em muitos casos, muitas vezes padrões semelhantes são encontrados em comunidades afins por traços culturais, linguísticos ou religiosos. Essa linha de argumentação remete à discussão do papel dos condicionantes econômicos frente a outro tipo de influência. Na verdade, se quiser, numa perspectiva crítica, evitar o risco de um mecanismo – econômico, deve-se tomar em conta, na reconstrução das situações concretas, as interrelações de diversas dimensões do real, em cada momento específico. Para Coale, contudo, o deslocar de enfoque representa apenas uma mudança nas variáveis independentes a serem incluídas, a mais ou a menos.

É interessante observar que Coale não atribui muita importância à problemática da racionalidade, e aos mecanismos que levariam à questão da decisão, ao nível individual, sobre o tamanho da família, como vários outros autores. Na verdade, em muitos textos a respeito da evolução histórica da fecundidade, a transição é vista como uma passagem do controle institucional

para o controle através da escolha individual. Por exemplo, Wrigley¹³ utilizou o conceito de "racionalidade consciente" fazendo um paralelo à noção de "mão invisível" de Adam Smith, para explicar como as sociedades pré-industriais teriam atingido um ponto de equilíbrio entre nascimentos e mortes, abaixo do nível biológico; embora tenha contribuído decisivamente para descaracterizar a homogeneidade dos padrões demográficos pré-industriais, Wrigley não avançou muito na discussão das determinações de heterogeneidade revelada. Lesthaege¹⁴, criticou, na proposição de Wrigley, essa idéia de racionalidade inconsciente; segundo este autor, a resultante pode derivar de decisões individuais conscientes para atingir objetivos a curto prazo em relação a outras facetas da vida social, mas que acabam influenciando o tamanho da família.

A questão da racionalidade atinge seu ponto áximo na chamada teoria microeconômica da fecundidade. Já na clássica formulação de Becker¹⁵ os filhos são vistos como bens, e o casal age racionalmente cotejando a sua satisfação com seu investimento (custos e benefícios) sujeito às restrições de renda e dos preços relativos. Na verdade mais recente dessa linha, a chamada "new home economics"¹⁶, introduz-se a variável **tempo** dos membros da família para produzir "mercadorias"; nesse sentido, a família maximiza os "serviços dos filhos" incorporados à produção doméstica sujeita às restrições orçamentárias, aos preços relativos, ao tempo de todos os membros da família e à tecnologia disponível.

Esse tipo de cálculo racional é visto, sem dúvida, como característico do período de transição, onde emerge, e, particularmente, do período pós-transição, onde um novo equilíbrio é atingido. Permanece em debate, portanto, a questão da ausência ou não de "racionalidade" nas sociedades pré-industriais, e da passagem do controle institucional ao controle individual.

Para Caldwell¹⁷ o comportamento frente à fecundidade não é só **sempre racional**, como é **sempre economicamente racional**; para este autor, há apenas dois "regimes" de fecundidade (com exceção do período de transição): um, onde não há vantagem para o indivíduo em restringir a fecundidade, e, outro, onde há, frequente ou eventualmente, uma vantagem em tal restrição. A questão torna-se, então, determinar o "divisor de águas" entre essas duas situações, ou seja, a direção e a magnitude dos fluxos intergeracionais de riqueza, ou o balanço líquido de dois fluxos:

¹³ WRIGLEY, E. A. Fertility strategy for the individual and the Group. In: TILLY, E. (ed.). **Historical studies of changing fertility**. Princeton University Press, 1978. p. 135-154.

¹⁴ LESTHAEGE, R. On the control of human reproduction. **Population and Development Review**, v. 6, n. 4, p. 527-548, 1980.

¹⁵ BEKER, G. S. An economic analysis of fertility. In: ROBERTS, G. B. **Demographic and economic change in developed countries**. Princeton: Princeton University Press, 1960. p. 209-213. (Universities – National Bureau Conference Series, n. 11).

¹⁶ Ver, por exemplo: SCHULTZ, T. W. (ed.). **Economics of the family**. Chicago: University of Chicago Press, National Bureau of Economic Research, 1974.

¹⁷ CALDWELL, J. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, 1976.

um, dos pais para os filhos, e o outro, dos filhos para os pais. Em todas as sociedades primitivas e em quase todas as sociedades tradicionais, o fluxo líquido seria das crianças para os pais, e em contrapartida, na sociedade moderna o fluxo seria inverso. Vê-se, portanto, que apesar de sua postura, crítica, Caldwell acaba por raciocinar em termos de dois momentos de equilíbrio, com a Transição ao meio, bem como deixando transparecer uma concepção do real sem contradições ou conflitos. Embora possa haver uma defasagem entre a situação concreta e a ação dos indivíduos, o raciocínio teleológico indica o ponto de chegada, num novo tipo de racionalidade e de adequação. Pretendendo escapar a um determinismo econômico, o autor considera a parte emocional como essencial à passagem para o novo tipo de racionalidade; ademais, essa passagem só pode se efetivar mediante a nucleação familiar; um certo nível de nucleação emocional é necessário para nucleação econômica e ambas são necessárias para que os pais se proponham a maiores gastos com seus filhos. Nesse sentido, provavelmente não haja estreita relação, em termos de tempo, entre modernização econômica e fecundidade e essa talvez seja, para Caldwell, a mais importante generalização do nosso tempo. Deslocando o econômico dessa forma, sem considerar quais outras dimensões da vida social interatuam nas condições concretas de existência, só resta, a esse autor, ceder passo à difusão – daí enfatizar a exportação do sistema social da Europa, a difusão do modelo ocidental que seria, por hipótese, mais eficaz em áreas de influência direta. Trata-se de uma nova roupagem para as superadas explicações de cunho difusionista?

A nova polêmica a respeito das explicações sobre a evolução das taxas demográficas, em períodos históricos mais amplos, esbarra frequentemente com a questão da comparabilidade de situações aparentemente semelhantes, em diversas sociedades históricas ou contemporâneas. É comum a comparação se processar em termos de sociedades classificadas como se pré-industriais e sociedades classificadas como modernas. Mesmo num pensamento crítico e mais rico, como o de Caldwell, tem-se a impressão de que cada sociedade nacional irá percorrer etapas de transformação, até atingir o teleológico ponto de equilíbrio da modernização.

É nesse contexto da discussão que se mostram animadores os trabalhos de reconstrução histórica; além da tentativa de deslindar mecanismos explicativos em períodos onde as mudanças nas relações de produção foram significativas, essas abordagens podem favorecer a tentativa de se pensar as múltiplas determinações que emolduraram transformações ocorridas no século XVII ou XVIII, e que envolveram tanto as relações entre dinâmica demográfica e dinâmica capitalista no "núcleo" como na periferia do desenvolvimento internacional do capitalismo.

É nesse sentido que se situa como de considerável trabalho de Levine¹⁸. A tese desse autor é de que "o capitalismo nascente erodiu aqueles controles sociais que manti verem um equilíbrio

¹⁸ LEVINE, D. **Family formation in an age of nascent capitalism**. New York, 1977, p. II. Agradecemos a Daniel Hogan sua contribuição sintetizando os pontos de vista deste autor.

demográfico no qual cada geração substitua a anterior". Iniciou o seu estudo com a preocupação de determinar se era a fecundidade ou a mortalidade a variável dinâmica nesse desequilíbrio demográfico que acompanhou a Revolução Industrial. No decorrer da sua pesquisa, percebeu que a força efetiva era a proletarização da massa de produtores, camponeses e artesãos, e sua integração no **sistema comercial extralocal**. Dessa circunstância resultou um declínio da idade ao casar, fator que ele considera o "linchpin", ou seja, o desencadeador do equilíbrio demográfico pré-industrial. Como esse declínio encurtou o intervalo entre gerações, além de estender o tempo de exposição ao risco de gravidez, ocasionou um aumento na taxa de natalidade mesmo sem um aumento da fecundidade marital.

Mais ainda: a idade mais jovem ao casar mudou a estrutura etária, aumentando a população abaixo da idade fértil, fazendo com que cada nova coorte entrando na idade fértil fosse mais numerosa, produzindo um impulso auto-sustentável. Esse efeito deu-se em dois estágios: primeiro, a proletarização removeu os obstáculos ao casamento em idade mais jovem. Depois, as oportunidades de emprego na proto-indústria e na agricultura capitalista encorajaram casamentos mais frequentes mais jovem.

Convém lembrar a observação do Habakkuk que o padrão de vida que serve de referência e pelo qual padrões de casamento estão estabelecidos, é uma variável. Isto é, não se trata de um nível absoluto de sobrevivência, mas algo sujeito a normas culturais que evoluem no tempo. Ele sugere, por exemplo, que um crescimento demográfico lento pode levar a um aumento nesse padrão convencionalmente dado como permitindo o casamento.

Levine conclui, ainda, que o consequente aumento da fecundidade era muito mais importante que o aumento simultâneo de mortalidade, fato que ele atribui às precárias condições de habitação e saneamento nos povoados "urbanos" da protoindustrialização (a esperança de vida ao nascer diminuiu de 49 anos – antes da protoindustrialização – a 37 anos no período 1625-50).

A chave da idade ao casar localiza-se, segundo o autor, de um lado na demanda de trabalho, e é a demanda inelástica na economia pré-industrial que manteve a alta idade de casar. Essa demanda local de trabalho era a mediação das pressões das economias regionais, nacionais e internacionais.

Com a agricultura capitalista e a protoindustrialização, a demanda de trabalho sofre altas e baixas que são um "poderoso fator desequilibrador na equação demográfica durante a época de capitalismo nascente"¹⁹.

Por outro lado, Levine identifica como fator determinante da idade de casar o que ele chama a idade do "pico do poder de ganhar". Quando, na vida ocupacional do camponês ou artesão, ele

¹⁹ Levine, D. (1977).

precisava esperar herdar sua terra ou seu ofício, adia o casamento aguardando o melhor padrão de vida que isto representava. Com a industrialização, o trabalhador entrava logo de início no patamar de renda que seria o máximo para toda a sua vida. Sem perspectivas de melhoria, não havia nenhum motivo para adiar o casamento.

A explicação da localização de protoindustrialização é uma intrincada história de inovação tecnológica e relações de trabalho. A indústria dos "frameknitters" saiu de Londres para os Midlands por causa dos altos salários, consequência do sistema "journey-man/apprentice". Tais conflitos de classe no curso da evolução do capitalismo determinaram a demanda de trabalho de forma diferenciada no espaço. O povoado protoindustrial estudado, localizado numa região de solos menos férteis, era mais pobre, representando assim uma atração para os industriais ansiosos de trocar Londres por uma região mais tranquila e mais barata em termos trabalhistas.

Uma característica significativa da sociedade pré-industrial, e que influiu na maneira pela qual a população respondeu à demanda de trabalho, era a sua alta mobilidade geográfica. Essa mobilidade se devia a uma mortalidade alta, a pobreza e desemprego, e ao tamanho reduzido das comunidades. A morte abriu vagas não preenchidas localmente, permitindo a imigração de solteiros adultos, disponíveis (para a migração) pela pobreza. A disponibilidade de migrantes potenciais que poderiam ser aproveitados, ou de destinos atraentes para a população disponível, faziam da migração um fator maior ou menor na resposta demográfica. Quanto maior, outros fatores sofrem uma pressão menor para mudar. É importante sublinhar aqui a importância da migração na Transição Demográfica. A resposta demográfica não era só fecundidade: com a expansão/contração de oportunidades econômicas, havia (ou podia haver) imigração/emigração. O pressuposto de Levine, de que as pessoas procuram otimizar as suas condições materiais, afetava tanto a nupcialidade, quanto a migração.

Levine atribui a "estratégia reprodutiva de alta pressão" aos incentivos de: (1) casar cedo; (2) concentrar os nascimentos dos filhos nos primeiros anos de casamento; e (3) precaver-se para a velhice.

A expansão do trabalho assalariado no meio rural (protoindustrialização) efetuou-se antes da urbanização, e com isto houve uma modificação nos condicionamentos do tamanho da família (através de padrões de casamento ou mudanças nos níveis de vida), com a consequente alta da natalidade no século XVII; daí o crescimento demográfico do século XVIII ser resultado da fecundidade, e não declínio da mortalidade, mostrando que alta fecundidade não era a regra absoluta de sociedades "pré-modernas"; essa constatação é mais que a determinação da prioridade da mortalidade ou da fecundidade como primeira fase da Transição Demográfica; é mais que estimar com maior precisão os parâmetros demográficos do período. Para nossa discussão, o ponto principal a destacar é a conclusão teórica, isto é, a Transição Demográfica não é só o aspecto demográfico da

modernização um declínio longo, lento e linear com defasagens explicáveis por modelos psicológicos de mudanças de atitudes – mas a resposta demográfica à mudança nas **relações sociais de reprodução**. É preciso evitar, nesta constatação, um modelo causal unidirecional: a organização social da produção também se altera com mudanças demográficas. Esther Boserup, por exemplo, defende a importância do crescimento populacional em exigir (ou viabilizar) mudanças tecnológicas. Essa mudança tecnológica, sua vez, traz alterações na organização da produção.

Na mesma linha de retomada do debate com os historiadores da transição do feudalismo ao capitalismo, Seccombe²⁰ sumariza e classifica alguns aspectos do processo de proletarização com importantes implicações para a evolução demográfica no período. Esse processo, ímpar e diverso, culmina com a formação de uma massa proletária urbana e fabril, mas que se inicia pelo menos dois séculos antes, na precipitação de uma massa de trabalhadores sem terra; para essa corrente de historiadores críticos, esse processo é percebido como uma revolução demográfica importante, quanto a revolução das relações sociais de produção: "esse estudos tem iluminado a íntima relação dialética entre essas duas dimensões da formação do proletariado" (p. 25).

Na crítica às posições baseadas na teoria da modernização, os autores indicados por Seccombe consideram o declínio da mortalidade tão importante quanto o aumento da fecundidade para o crescimento populacional que se espalhou na Europa a partir de aproximadamente 1750; além disso, a formação do proletariado moderno começou muito antes do crescimento do sistema fabril na Primeira Revolução Industrial; enquanto uma massa proletária inicial foi gerada pelo divórcio entre os antigos camponeses e a terra a força principal do proletariado da indústria inicial na Europa Ocidental foi o proletariado rural e os artesãos independentes e não-camponeses. O velho estereótipo marxista da passagem dos camponeses a proletários e, segundo a autora, grosseiramente super-simplificado e a distorção decorre da ausência da dimensão demográfica no quadro geral²¹.

Prosseguindo em sua proposta, questionando o economicismo marxista e a própria conceituação ortodoxa de estrutura, a Autora separa o que chama de três produções fundamentais: os meios de produção, os meios de subsistência e a produção da força de trabalho numa base diária e generacional. E aí o artigo começa a perder força: sua contribuição enquanto revisão e

²⁰ SECCOMBE, W. Marxism and demography. **The New Left Review**, feb. 83. A bibliografia de sustentação do debate é: BRENNER, R. Agrarian class structure, and economic development in pre-industrial Europe. **Past and Present**, n. 70 (February 1976) e The origins of capitalist development a critique of neosmithian marxism. **New Left Review**, 104 (jul./aug. 1977); este autor critica POSTAN, LADURIE, HABAKKUK e outros por sua interpretação a respeito do crescimento e estagnação das formações feudais tardias na Europa Ocidental. Apesar disso, segundo SECCOMBE, BRENNER tende a negar o poder explicativo dos fenômenos demográficos afirmando a primazia da dinâmica da luta de classes. GUI-BOIS, também comentando os pontos de vistas de BRENNER, defende a inclusão do conhecimento demográfico como parte integrante do sistema sócio-econômico (BOIS, G. Against the neo-mathusian orthodoxy. **Past and Present**, n. 79, may 78).

²¹ Essa linha de argumentação está baseada em Rudolph Braun, Lutz Bekner e Franklyn Mendel em seus artigos no livro de TILLY, C. (ed.). **Historical studies of changing fertility**. Princeton, 1978. David Levine, já comentado e outros nomes dos chamadas historiadores da proindustrialização.

sistematização de um debate recente perde-se no emaranhado da postura marxista misturada com feminismo e que acaba, de algum modo, descambando no "modernismo" das teorias criticadas. Assim, a terceira produção fundamental é referida à família concedendo uma distinção entre habitação, família e parentesco; daí, a proposta é de um modelo de quatro passos concebido ao nível abstrato do modo de produção:

- 1) Condições para união dos sexos;
- 2) Uma específica consideração dos custos e benefícios, a curto e longo prazos, de se ter filhos;
- 3) Condições culturais que condicionam a relação entre sexo e procriação;
- 4) Os meios disponíveis para o controle.

Com esse modelo, está pronta a "racionalidade". Um dado padrão de fecundidade então é tornado como "racional" (isto é, refletindo uma dada estrutura de incentivo) dentro dos "constraints" econômicos e culturais existentes, com exceção de um excesso pequeno, mas variável que constitui o "surplus product" de concepções não desejadas e casamentos adiados, e que, presumivelmente, seriam reduzidos se um controle efetivo e seguro de nascimentos fosse disponível (p. 31). Há, nesse fio de raciocínio, considerável distanciamento do método dialético e incorporação de dimensões funcionalistas bastante conhecidas. Mas, para ser fiel aos princípios, para a Autora, a dinâmica da fecundidade de uma dada classe trabalhadora num dado modo de produção deve ser concebida como um "range" (variação) dentro de um conjunto de condições-limite, estabelecido pelas relações entre o domicílio e os meios básicos de produção e subsistência, os quais estruturaram os parâmetros do primeiro passo do modelo, dentro do qual desenvolve-se um específico regime, de fecundidade. Ainda, se esses limites são quebrados, a própria relação de classe está dissolvida e inicia-se algum outro modo de produção.

Não é propósito deste texto, esgotar o debate que tal texto suscita; as propostas estão baseadas em interpretações a nosso ver, equivocadas dos princípios dialéticos. No entanto, o texto é bastante rico no que se refere à sumarização de tendências históricas; neste sentido, identifica quatro tipos de domicílios com regimes de fecundidade específicos, a saber:

1. Domicílio camponês – Neste caso, o modo principal de reprodução da fecundidade é o "land-niche late marriage system", onde a nupcialidade desempenha o papel de válvula de controle; o sistema de herança e compensação para os não-herdeiros (principalmente mulheres), as formas de acumulação de riqueza, em dinheiro ou não, tamanho e disponibilidade de terra, etc. são dimensões a serem consideradas como envolvendo a dinâmica da fecundidade²²;

²² Parece bastante importante, nesta temática, o texto: HA, JNAL, J. European marriage patterns in perspectiva.

2. Domicílio protoindustrial da indústria doméstica durante o século XVII e XVIII, em um sistema de demanda de trabalho da família nuclear, a curto prazo, sem mediações, aonde a regulação intergeracional de longo prazo para a herança da terra foi superada pela produção não agrária de bens; tende a dar origem a grandes famílias. Aparece predominantemente em regiões do interior da Europa Ocidental, onde o solo era pobre e a lavoura de subsistência havia se tornado inviável;

3. Domicílio da nascente família proletária, onde a contribuição dos salários das crianças é indispensável para a manutenção da relativa estabilidade doméstica. Trata-se do tipo que Tilly e Scott chamam de "the family wage economy". O regime da fecundidade, neste caso, é o de uma demanda por trabalho familiar a curto prazo, mediatizado pelas condições de mercado, tendendo a um crescimento populacional mas com flutuações, dependendo das condições de mercado. Neste caso, ocorre a combinação de alta fecundidade com alta mortalidade e corresponde à etapa de produção de mais valia absoluta, com consumo extensivo de força de trabalho e com produção também extensiva de força de trabalho.

Não houve uma sequência temporal da protoindustrialização para a proletarização; na verdade, ambas as classes se expandiram rapidamente durante o século XVIII, ambas contribuíram para o aumento demográfico e houve um grande vai-e-vem entre elas e entre as massas rurais pobres. Isso porque na transição para o capitalismo na Europa Ocidental a proletarização em massa precede à industrialização – entendida como a generalização do sistema fabril e produção em massa pela maquinofatura – em um século ou mais.

4. Domicílios do proletariado maduro, onde se verifica uma mudança fundamental da fecundidade dentro de um mesmo modo de produção. De acordo como modelo adotado, quando há mudanças no primeiro passo – condições que demarcam os limites da formação do domicílio – há mudanças no modo de produção. Aqui, o que houve foi basicamente o encerramento da fecundidade em torno dos 30 anos. Há intenso debate a respeito, e comumente são apontados fatores como escola compulsória e o término do trabalho em tempo integral para as crianças. A passagem da exploração da mais valia absoluta para a exploração da mais valia relativa representou o fim da "the family wage economy"; representou o modelo "homem no trabalho, criança na escola, mulher em casa". Com Caldwell, a autora concorda na mudança do relacionamento afetivo: exagerando, para forçar o argumento, quando acaba a economia da renda familiar começa o afeto.

O texto de Secombe, embora sugestivo e com ampla cobertura bibliográfica, coloca-se como inovador em termos da produção científica de inspiração marxista nos Estudos de População. Há de

se considerar, no entanto, a contribuição acumulada ao longo de quase quinze anos de atividades da Comissão de População e Desenvolvimento do CLACSO, onde emergiram ou desenvolveram-se significativas contribuições a esse tipo de abordagem²³.

Já em 1975, portanto com oito anos de antecipação ao texto de Seccombe, Francisco de Oliveira²⁴ indicava as tendências de interrelacionamento entre dinâmica demográfica e evolução do capitalismo, como contribuição ao esforço de se pensar uma teoria marxista de população. Neste sentido, para o Autor, "... a pesquisa que a teoria marxista requer para dar conta da relação entre esta população para o capital e a população como um todo, não começa a partir desta última, mas a partir do capital como um todo, e, especificamente, a partir do capital variável e de seu posicionamento na equação geral do capital"; no que o autor coincide e reforça certos pressupostos presentes em muitas colocações discutidas no Grupo de Trabalho sobre Reprodução da População do CLACSO²⁵.

A partir desse posicionamento, o autor concebe a mortalidade como gasto de trabalho ou consumo das forças de trabalho, sendo sobre determinante no conjunto dialético mortalidade-fecundidade ou na reprodução da população. Nesse sentido, a fecundidade responde pela reposição de uma das reservas das forças de trabalho, talvez a mais remota, pois sob o capitalismo, a reserva mais próxima é o próprio "exército industrial de reserva", cujos movimentos de expansão e/ou de contração, são determinados pelo ciclo de acumulação de capital e não pelos movimentos demográficos²⁶. É interessante ressaltar a indicação de se pensar na inter-atuação dos três elementos da dinâmica demográfica; não só a concepção da mortalidade como consumo de força de trabalho e sugestiva, como também por passa a dimensão migratória, redefinida a partir dos pressupostos teóricos adotados. No entanto, a reserva mais remota, a longo prazo, e num espaço específico, é responsável pela reposição da população.

Na sua linha de raciocínio, para o trabalhador não proprietário de sua família, a fecundidade é "... um ethos complexo e combinado de ausência de propriedade e fundo biológico; nestas condições, sua fertilidade atingirá o máximo que suas condições biológicas permitem"²⁷; ou seja, uma situação do que o autor chama "animalidade social". Contudo, as evidências históricas, como foi vista, não suportam essa generalização. Cabe à pesquisa, também aprofundar o exame de situações concretas, que, de um modo geral, não atingem o máximo biológico.

²³ Veja-se, a respeito, os cinco volumes da série Reproducción de la Población y Desarrollo, CLACSO.

²⁴ OLIVEIRA, F. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 14, p. 8, 1976.

²⁵ Um comentário a respeito das principais linhas de interpretação é encontrado em MONTALI, L. T.; PATARRA, N. L. **Estudo da reprodução**: anotações críticas sobre sua evolução e encaminhamento de propostas alternativas. CLACSO, São Paulo, 1982. (Reproducción de la Población y Desarrollo 2).

²⁶ OLIVEIRA, F. (1976, p. 10).

²⁷ OLIVEIRA, F. (1976, p. 11).

Considerando o casamento como uma forma de defesa da família operária, mediante a venda de força de trabalho de um, e a produção de valores de uso doméstico de outro, decorre que os filhos ou a prole são um resultado, e nunca um pressuposto para a classe operária. Ainda, aqui, cabe considerar que essa estratégia familiar preside a reprodução apenas em momentos específicos do processo de acumulação; há outras estratégias, como por exemplo, aquela indicada anteriormente, na etapa da chamada "the family wage economy". Parece ir nesse sentido a linha de raciocínio do Autor, quando afirma que a elevação do nível das forças produtivas ou, o que é o mesmo, da acumulação de capital, conduz à destruição da produção doméstica de valores de uso, não apenas pela inserção da mulher na força de trabalho, mas pela total transformação ou desdobramento da produção de mercadorias em produção mais valia. No entanto, ainda aqui a pesquisa deverá elucidar as especificidades e a sequência e/ou concomitância dos momentos significativos de transformação, ao longo do processo. Como foi indicado na tipologia de Seccombe, a etapa de exploração de mais valia relativa correspondeu, em muitos casos, ao modelo de homem trabalhando/mulher em casa/criança na escola. Como se daria essa sequência em realidades como a nossa, em períodos mais recentes? Que outros fatores poderiam, hoje, interagir, considerando-se a grande expansão do capitalismo e as especificidades de seus efeitos em cada caso?

Da mesma forma, as condições de mortalidade e de morbidade devem ser repensadas à luz do papel que pode ter, em períodos mais recentes, a atuação de determinadas políticas públicas. Em outras palavras, está se iniciando uma discussão a respeito da relativa autonomia do setor saúde frente às contingências das transformações sócio-econômicas, admitindo dimensões que sobrepassam as determinações dessas transformações em termos de classes sociais.

Finalmente, a contrapartida da elevação do nível das forças produtivas coloca em cena um novo ator; a transformação da "classe em si" a "classe para si" implica em que se possa falar pela primeira vez no "comportamento reprodutivo" da classe operária. É uma importante contribuição do Autor no sentido de se incluir a dimensão política, que representa um veio muito fértil a ser explorado.

Essas referências às principais reformulações da Teoria da Transição Demográfica remete à consideração de alguns aspectos que deverão nortear os próximos passos do caminho teórico-empírico que a pesquisa em desenvolvimento propicia.

Apesar de adotar-se o princípio de que não existe uma lei geral da população, mas uma lei específica para cada modo de produção, muitas intermediações ainda se colocam como necessária para se contribuir à construção de uma teoria populacional.

No que diz respeito à Transição Demográfica, já está suficientemente evidente a não existência de uma uniformidade simples que caracterizaria momentos de evolução para todas as sociedades em distintos momentos históricos. A descartar uma explicação unilinear, porém, não se

pode caminhar para uma postura epistemológica extrema; não se pode construir, **uma** explicação para a Inglaterra do século XVIII e **outra** para o Brasil no fim do século XX. O que se necessita é uma explicitação dos fatores que variaram nos momentos respectivos, sem esquecer que a evolução do capitalismo representou uma alteração na história da humanidade; em outras palavras, cada processo específico de mudança se dá inserido num processo internacional de correlação de força em mudança.

Na verdade, essas considerações levam a encarar a Transição Demográfica como uma mudança igual a outras; talvez deva-se pensar numa teoria da população e não da Transição. O que essa transição oferece é a oportunidade de se estudar como os determinantes alteram-se de tal maneira a permitir (ou influenciar) mudanças demográficas tão profundas. Além disso, cabe ressaltar que a tarefa proposta é tão difícil, não o é apenas pela falta de dados (no caso brasileiro), mas também, e, sobretudo, pela falta de uma teoria de mudança populacional.

O esforço de rever experiências européias vai nesse sentido: na perspectiva de nossos dias, com muitos outros exemplos já registrados na História, busca-se compreender os movimentos populacionais dos séculos XVIII e XIX em termos que possam elucidar, dentro da perspectiva internacional de expansão do capitalismo, mecanismos em operação no caso das sociedades latino-americanas, ou particularmente, no caso brasileiro.

Outro ponto importante é quanto à concepção da Transição como um período intermediário entre duas situações de equilíbrio: a primeira, sujeitas às "forças da natureza", e a segunda submetida ao controle humano. Nossa posição, nitidamente contrária, rejeita o entendimento de transição nesse sentido, pois trata-se de uma resultante de forças sociais contraditórias, que se superam e resolvem, criando novas formas de contradição, e assim sucessivamente. Quanto mais se retrocede no tempo, mais intrincada se torna a relação entre o comportamento demográfico e a forma de inserção da família na produção. A hipótese de "equilíbrio antigo" implica ou na independência dos dois conjuntos de fatores, ou na homogeneidade, no tempo e no espaço, das relações de produção. Quando se reconstrói essas relações de produção, por exemplo, na Inglaterra dos séculos XVI a XVIII, vê-se que as estratégias de formação da família e de reprodução variam em função das primeiras. A explicação completa exige que se dê, sempre, mais um passo atrás: por exemplo, por que existiam subemprego e pobreza na época pré-industrial, na Inglaterra? É mesmo, então a adequação das normas de formação das famílias e da reprodução às exigências desse modo de produção seria falha, e a hipótese dessa adequação seria refutada. Mas a racionalidade do período pré-industrial, apesar da pobreza resultante, não é demonstrada.

Na realidade, o que se verifica não são níveis imutáveis de mortalidade e fecundidade que refletem normas, valores e altitudes; trata-se de valores que respondem às mudanças nas relações de produção. Se essa constatação não afeta a evolução quantitativa do movimento demográfico – afinal,

em suma, o crescimento era pequeno e lento, passo a ser grande e rápido, para voltar a ser pequeno e lento –, afeta em muita interpretação da Transição Demográfica em nossos dias.

Ao adotar-se essa linha de interpretação, corre-se o perigo de tentar elaborar uma "nova" teoria de mudança social, descurando as peculiaridades da própria dinâmica, demográfica. Em vários momentos deste texto procurou-se apontar não apenas essas especificidades, como também a força da dinâmica populacional no processo amplo de mudança estrutural. A atenção entretando, deve prosseguir e desembocar em procedimentos metodológicos coerentes no encaminhamento de pesquisas nessa área do conhecimento.